



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 38/2011

Regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 bem como pelo Decreto Distrital nº 23.460/2002, Decreto Distrital nº 25.966/2005, Decreto Federal nº 5.450/2005 e demais legislações aplicáveis.

OBJETO	Aquisição e instalação de 216 baterias, em substituição às dos bancos de nobreaks existentes nos Edifícios Sede, Anexo e Sala de Operações do TCDF, conforme especificações estabelecidas nos Anexos deste Edital.
---------------	--

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

DATA: 08/02/2012	HORÁRIO DE BRASÍLIA: 14h30min
ENDEREÇO ELETRÔNICO	www.comprasnet.gov.br
PROCESSO	26.397/2011.
ESTIMATIVA	R\$ 95.511,90.
TIPO	MENOR PREÇO (por item).
FORMA	IMEDIATA E INTEGRAL.
UASG:	974003
PREGOEIRO: UESLEI CAMELO BARBOSA EQUIPE DE APOIO: WILDSON PRADO OLIVEIRA MOACIR JOSÉ DA FONSECA	ENDEREÇO: Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, 70075-901 Brasília, DF, TELEFONE: (61) 3314-2147/3314-2149 FAX: (61) 3314-2219. EMAIL: pregao.tcdf@tc.df.gov.br .

OBSERVAÇÃO: O cadastramento no sítio www.tc.df.gov.br/web/site/licitacoes é essencial para o encaminhamento automático de mensagens a respeito do andamento do certame e o TCDF não se responsabilizará por erro no encaminhamento de mensagens aos licitantes ou interessados em virtude da ausência de informações ou do cadastramento com informações equivocadas.



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 38/2011

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados por despacho do(a) Exma. Sra. Presidente do TCDF, a Cons.^a Marli Vinhadeli, de 26.11.2011, torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá até as **14h30min do dia 08/02/2012 (horário de Brasília)**, PROPOSTAS para aquisição e instalação de 216 baterias, em substituição as dos bancos de nobreaks existentes nos Edifícios Sede, Anexo e Sala de Operações do TCDF, conforme as especificações estabelecidas nos Anexos I a III deste Edital. A licitação será do tipo **MENOR PREÇO (por item)**, modalidade Pregão, em sua forma eletrônica. Os procedimentos desta licitação serão regidos pela Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993; bem como Decreto Distrital nº 23.460/2002, Decreto Distrital n.º 25.966/2005, Decreto Federal nº 5.450/2005, no que couber, e demais legislações aplicáveis.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem por objeto **aquisição e instalação de 216 baterias, em substituição as dos bancos de nobreaks existentes nos Edifícios Sede, Anexo e Sala de Operações do TCDF, conforme a quantidade e especificações estabelecidas nos Anexos deste Edital.**

1.2 Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 95.511,90** (noventa e cinco mil, quinhentos e onze reais e noventa centavos), que será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, enquadrando-se segundo a natureza em: 33.90.30 – Material de consumo, tendo a seguinte classificação funcional e programática: 01.032.0048.1471.0005 – Modernização do Sistema de Informática do TCDF, fonte de recursos 100.



CAPÍTULO III – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

- 3.1** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.
- 3.2** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 3.3** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.4** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via *internet*.
- 3.5** A apresentação de esclarecimentos, questionamentos e impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 18 do Decreto Federal nº 5.450/05, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 25.966/05, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: pregao.tcdf@tc.df.gov.br.
- 3.6** A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.7** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão enviadas eletronicamente, via email, aos interessados cadastrados no site www.comprasnet.gov.br e www.tc.df.gov.br.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1** Os interessados deverão estar previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.
- 4.2** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.



4.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCDF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4 Não poderão participar desta licitação:

4.4.1 as empresas que:

- I. não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- II. estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- III. estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou suspensas pelo TCDF, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993;
- IV. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal ou com os Municípios, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.502/2002.

4.4.2 as pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993.

CAPÍTULO V – DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2 O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o VALOR TOTAL OFERTADO (por item), considerando e incluindo todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

5.4 O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.5 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.



5.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.7 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa sua desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

5.8 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.9 As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, sendo que os licitantes ficam liberados dos compromissos caso não sejam convocados para contratação dentro do prazo de validade das propostas.

5.10 Será adotado o critério de **MENOR PREÇO (por item)** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital.

CAPÍTULO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

6.1 A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

6.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

CAPÍTULO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.



7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

8.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.4 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.5 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

8.6 O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 (um) a 60 (sessenta) minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

8.7 Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos Lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

8.8 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.9 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.



CAPÍTULO IX – DO EMPATE FICTO

9.1 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.2 Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

9.3 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.3.1 a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada, pelo sistema, para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do certame, sob pena de preclusão. Caso apresente preço inferior àquela considerada vencedora, será convocada para encaminhar proposta nos termos do item 12.1 deste Edital;

9.3.2 não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.3.3 no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar no 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.3.4 na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, a empresa ofertante da proposta originalmente vencedora do certame será convocada para encaminhar proposta nos termos do item 12.1 deste Edital; e

9.3.5 o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.



CAPÍTULO X – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

10.1 Neste certame não se aplica o direito de preferência previsto no Decreto Federal nº 7.174/2010.

CAPÍTULO XI – DA NEGOCIAÇÃO

11.1 O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado a proposta mais vantajosa, para que seja obtida melhor oferta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não sendo admitida negociação de condições diferentes daquelas previstas no edital.

11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

CAPÍTULO XII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) minutos, contado da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo III – Modelo da Proposta de Preços, juntamente com a documentação complementar relativa à habilitação (Capítulo XIII).

12.2. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, à Seção de Licitação e Contrato do Tribunal de Contas do Distrito Federal, localizada no 3º Andar do Edifício Anexo do TCDF, Edifício Palácio Costa e Silva, CEP 70075-901, Brasília-DF.

12.3 O licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta cláusula, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.4 O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.



12.5 Para efeito do julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.6 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital e anexo(s).

12.7 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO XIII – DA HABILITAÇÃO

13.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

13.2 O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.

13.3 O licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

I. certidão negativa de débitos, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do DF, em plena validade, para empresas com estabelecimento no Distrito Federal. Para empresas sem matriz ou filial no DF, apresentar prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, somente para os tributos relativos à atividade licitada, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional.

13.3.1 A não apresentação do documento constante do inciso I, não implicará em inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de sua consulta via *internet*.

13.4 O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

13.5 Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços conforme item 12.1, por meio da opção “Enviar anexo” do sistema Comprasnet, em prazo idêntico ao estipulado no mencionado item.



13.6 Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento, nos termos do item 12.2 deste Edital.

13.7 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

13.8 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

13.9 Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

13.10 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.11 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.12 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.13 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda a este Edital.

13.14 Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante com proposta de menor preço por item será declarado vencedor.



CAPÍTULO XIV – DA AMOSTRA

14.1 Os licitantes podem ser instados a apresentar amostra do produto cotado no prazo máximo de três dias úteis, contados a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento do referido prazo, com o objetivo de conferir a especificação e ausência de falhas no material.

14.1.1 O Pregoeiro poderá, ainda, realizar diligências com o fim de averiguar a conformidade do(s) item(ns) ofertado(s) integrante(s) da proposta do licitante com as características do objeto desta Licitação, descritas nos Anexos I a III.

CAPÍTULO XV – DO RECURSO

15.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

15.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

15.1.2 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a por ausência de algum pressuposto de admissibilidade, em campo próprio do sistema.

15.1.3 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

15.2 Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar, a partir do encerramento da fase de lances, vista dos autos, que permanecerão com vista franqueada na Seção de Licitação e Contrato do TCDF.

15.3 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

15.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



CAPÍTULO XVI – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não tenha havido recurso.

16.2 A homologação da licitação é de responsabilidade exclusiva da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

CAPÍTULO XVII – DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 Nesta licitação não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

CAPÍTULO XVIII – DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

18.1 Sem prejuízo do Capítulo III da Lei nº 8.666/93, o presente Edital, seu Anexo I e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato, nos termos do § 4º do art. 62, da aludida Lei.

18.2 A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Nota de Empenho (NE) no prazo de 05 (cinco) dias após seu envio, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

18.3 As condições de garantia e suporte técnico, quando aplicáveis, observarão o disposto neste Edital e as regras do Código de Defesa do Consumidor.

CAPÍTULO XIX – DA VIGÊNCIA/EXECUÇÃO

19.1 – O prazo para entrega dos produtos é de no máximo 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho. No caso da Licitante prever, em sua proposta, prazo de entrega inferior a 30 dias, será considerado como prazo máximo o estabelecido na proposta.



CAPÍTULO XX – DO REAJUSTE

20.1 O valor do objeto desta licitação é fixo e irrevogável.

CAPÍTULO XXI – DA FISCALIZAÇÃO

21.1 A execução do ajuste será acompanhada e fiscalizada por executor/fiscal do contrato, especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 3, de 22/12/1997.

21.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CAPÍTULO XXII – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

22.1 Os bens fornecidos serão recebidos por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, da seguinte forma:

- a)** provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b)** definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

CAPÍTULO XXIII – DO PAGAMENTO

23.1 Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a Contratada emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela Contratada.

23.1.1 Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF



07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

23.1.2 O Microempreendedor Individual (MEI) está dispensado da emissão da NF-e.

23.2 Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), o Instituto Nacional de Seguridade Social (CND/INSS), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Fazenda Pública Federal. Nesse sentido, é necessária a apresentação da Certidões Negativas de Débitos (cópia autenticada em cartório ou acompanhada de original), emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

23.3 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.

23.4 Caso o Contratante não cumpra o prazo estipulado no item 23.1, pagará à Contratada atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

23.5 Se a Contratada for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

23.6 Nenhum pagamento será feito à Contratada, caso os bens sejam rejeitados pela fiscalização do contrato, devendo esses ser refeitos e/ou substituídos pela contratada de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

CAPÍTULO XXIV – DAS PENALIDADES

24.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Distrito Federal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.



24.2 O Contratante poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

24.3 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à Contratada, juntamente com a multa administrativa prevista neste capítulo.

24.4 Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I) poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,20% por dia de atraso sobre o valor do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

24.4.1 As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

24.5 Pela inexecução total do ajuste, o Contratante poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada multa administrativa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

24.6 No caso de aplicação de multa moratória ou da multa prevista no item 24.5, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste Capítulo.

24.7 As multas tratadas neste Capítulo serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo Contratante, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Contratada mediante depósito em conta corrente do Contratante ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CAPÍTULO XXV – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE

25.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:

- a) receber o objeto contratado nos termos do Capítulo XXII deste edital;
- b) efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da Capítulo XXIII, mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

CAPÍTULO XXVI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

26.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:



- a) fornecer os bens adquiridos com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;
- b) cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I deste Pregão;
- c) cumprir orientação do fiscal/executor do contrato;
- d) ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do ajuste, nos termos do art. 70 da Lei no 8.666/1993.

26.2 A CONTRATADA fica compelida a manter, durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CAPÍTULO XXVII – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

27.1 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

CAPÍTULO XXVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 São partes integrantes deste Edital o Anexo I (Termo de Referência), Anexo II (Planilha Estimativa de Preços) e o Anexo III (Modelo da Proposta de Preços).

28.2 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente Edital e submissão total às normas nele contidas.

28.3 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

28.4 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste pregão.



28.5 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

28.6 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

28.7 Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do TCDF, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

28.8 Em caso de dúvida sobre o Edital é conveniente o contato com a Seção de Licitação e Contrato, via fones (61) 3314-2147 ou 3314-2149, das 13h00min às 18h30min, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

28.9 O esclarecimento de dúvidas de ordem técnica (Anexo I) poderá ser realizado na Divisão de Tecnologia da Informação – DTI, situada no 1º Andar do Edifício Anexo do TCDF, Praça do Buriti/DF, ou pelo telefone (61) 3314-2250, no horário das 13h00min às 18h30min.

28.10 Para todos os atos praticados em decorrência deste edital deverá sempre ser observado o horário de Brasília.

CAPÍTULO XXIX – DO FORO

29.1 Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao presente pregão.

Brasília (DF), em ____ de _____ de 2011.

UESLEI CAMELO BARBOSA
Pregoeiro



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 38/2011

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE.

1.1 O TCDF tem em suas instalações seis nobreaks de grande porte, dois de 50KVA no Ed. Sede, dois de 120KVA no Ed. Anexo e dois de 15KVA na Sala de Operações (*Data Center*), com seus respectivos bancos de baterias.

1.2 A presente aquisição se faz necessária, pois os bancos de baterias desses nobreaks estão em atividade há mais de 3 anos e muitas baterias já estão danificadas. É imperioso que sejam substituídas por outras novas com as mesmas características técnicas.

1.3 Ressalta-se que um dos bancos já está com 50% de suas baterias danificadas, fazendo com que o nobreak opere apenas como um estabilizador/transformador.

1.4 A ocorrência de defeito em uma solução centralizada é bastante crítica, uma vez que pode fazer com que todos os computadores deixem de funcionar. Visando garantir a plena operação dos equipamentos da Sala de Operações e dos computadores dos Edifícios Sede e Anexo é necessária a aquisição das baterias para permitir que os nobreaks atuem satisfatoriamente.

1.5 CENÁRIO ATUAL

1.5.1 A seguinte tabela lista os nobreaks que se encontram em operação no TCDF, bem como a quantidade e o modelo de suas respectivas baterias:

Nobreaks			Baterias					Local de instalação
Qtde	Marca	Modelo	Qtde	Modelo	Tensão (V)	Capacidade (Ah)	Dimensões (C x L x A em mm)	
1	GE	LP 33 Series	40	First Power LFP1285	12	85	260 x 168 x 233	Subsolo Ed. Anexo I
1	MGE	Galaxy 5000	62	First Power LFP1285	12	85	260 x 168 x 233	Subsolo Ed. Anexo I



Nobreaks			Baterias				Local de instalação	
Qtde	Marca	Modelo	Qtde	Modelo	Tensão (V)	Capacidade (Ah)		Dimensões (C x L x A em mm)
2	RTA	BRT 50	60	RTA DJM1265	12	65	350 x 166 x 179	Subsolo Ed. Sede
1	CP	TOP 24150	24	Unipower UP12400	12	40	197 x 165 x 170	Sala de Operações
1	RTA	BR15T	30	Unipower UP12180	12	18	181 x 77 x 167	Sala de Operações

2 ESCOLHA DA SOLUÇÃO.

2.1 A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) do TCDF realizou estudos demonstrando que a aquisição de novos equipamentos nobreaks se mostrava inviável comparativamente à aquisição em separado de novas baterias existentes e já instaladas.

3. OBJETO.

3.1 O presente Termo de Referência tem como objeto a aquisição e instalação de 216 baterias, em substituição as dos bancos dos nobreaks, existentes nos Edifícios Sede, Anexo e na Sala de Operações do TCDF em conformidade com as condições deste Termo de Referência.

4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. ITEM 1: Fornecimento e instalação de 102 baterias chumbo-ácido seladas reguladas por válvula (VRLA), livres de manutenção, com tensão de 12 volts e capacidade para 85 Ah, para os bancos de baterias dos nobreaks GE e MGE de 120 KVA.

4.2. ITEM 2: Fornecimento e instalação de 60 baterias chumbo-ácido seladas reguladas por válvula (VRLA), livres de manutenção, com tensão de 12 volts e capacidade para 65 Ah, para os bancos de baterias dos nobreaks RTA de 50 KVA.

4.3. ITEM 3: Fornecimento e instalação de 24 baterias chumbo-ácido seladas reguladas por válvula (VRLA), livres de manutenção, com tensão de 12 volts e capacidade para 40 Ah, para o banco de baterias do nobreak CP de 15 KVA.



4.4. ITEM 4: Fornecimento e instalação de 30 baterias chumbo-ácido seladas reguladas por válvula (VRLA), livres de manutenção, com tensão de 12 volts e capacidade para 18 Ah, para o banco de baterias do nobreak RTA de 15 KVA.

5 LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ENTREGA

5.1. O prazo para a entrega das baterias é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho. No caso da Licitante prever, em sua proposta, prazo de entrega inferior a 30 dias, será considerado como prazo máximo o estabelecido na proposta.

5.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue na Divisão de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Distrito Federal e será recebido por Comissão devidamente designada pela Administração.

5.3. Após a entrega, será verificada a adequação do produto ao solicitado no edital e ao especificado na proposta técnica da Licitante.

5.4. Em até 10 (dez) dias úteis, a partir da solicitação do executor do contrato, as baterias deverão ser instaladas nos respectivos bancos.

5.5. A instalação dar-se-á em dia e horário combinados entre a Contratada e o executor do contrato, de forma a não prejudicar as atividades do TCDF.

5.6. Após a instalação, e esperado o tempo de carga necessário, será efetuado um teste de operação do nobreak com as novas baterias.

5.7. Após a realização dos testes e verificada a conformidade dos produtos entregues, o executor do contrato atestará o aceite das baterias.

5.8. Qualquer falha no procedimento de instalação e nos testes das baterias acarretará o não recebimento dos produtos. O responsável do TCDF discriminará em termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a Adjudicatária com o recebimento de uma das vias para as devidas providências.



5.9. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação de penalidades cabíveis.

5.10. O recebimento do objeto pelo TCDF não exclui a responsabilidade futura da Adjudicatária pelo perfeito funcionamento dos produtos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização.

5.11. As baterias antigas, que serão substituídas, são de propriedade do TCDF, que se encarregará de dar uma destinação a elas.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Cumprir as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2 Entregar o objeto deste TR no prazo estipulado, sendo que as baterias deverão ser novas e de primeiro uso.

6.3 Cumprir orientação do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato.

6.4 Dar suporte aos produtos objeto deste Termo de Referência, enquanto estiver vigente a garantia, contados a partir da data do recebimento definitivo (efetiva entrega/instalação e a comprovação técnica de funcionamento dos equipamentos).

7 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 Constituem obrigações do Contratante, em especial:

7.1.1 Receber o objeto do Contrato, por meio de servidor/comissão devidamente competente para receber e atestar a Nota Fiscal/Fatura.

7.1.2 Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

7.1.3 Fiscalizar a entrega e instalação dos objetos e acompanhar a prestação da garantia aos produtos objeto deste Termo de Referência, contados a partir da data do recebimento definitivo.



7.1.4 Facilitar, dentro das normas internas, o acesso às suas dependências por parte dos técnicos responsáveis pela instalação das baterias.

7.1.5 Adequar o local onde será utilizado o equipamento, obedecendo as informações sobre recomendações técnicas fornecidas pela Contratada.

8 PRAZO DE EXECUÇÃO E GARANTIA

8.1 As baterias fornecidas deverão ser garantidas por um período mínimo de 12 (doze) meses contra qualquer defeito de fabricação.

8.2 Caso a Licitante ofereça um período de garantia superior ao mínimo estabelecido, valerá o prazo indicado em sua proposta.

8.3 Os serviços de substituição das baterias dos bancos devem obedecer aos prazos estipulados neste TR e serem realizados por equipe técnica da Contratada, de forma a preservar a garantia.

8.4 Se, durante a instalação, a equipe da Contratada verificar alguma anormalidade que possa prejudicar a garantia das baterias, esse fato deverá ser informado por escrito ao executor do contrato para que as medidas pertinentes possam ser tomadas.

8.5 Estão excluídos da garantia defeitos resultantes de descarga atmosférica, enchentes, e mau uso pelo TCDF. Os custos com a reparação dos defeitos não cobertos pela garantia correrão por conta da Contratante, que deverá realizar a manutenção com empresa autorizada pelo fabricante, sem ocasionar a invalidação da garantia estabelecida.

8.6 Durante o período de garantia, no caso de necessidade de substituição de bateria danificada ou inoperante, a Contratada deverá fazê-lo no prazo de 5 dias úteis, por outra com as mesmas características técnicas especificadas pelo fabricante.



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 38/2011

ANEXO II

PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

Quantidade	Tipo da bateria	Valor unitário médio estimado	Valor Total
102	Bateria chumbo-ácido selada regulada por válvula (VRLA), com tensão de 12 volts e capacidade para 85 Ah.	R\$ 562,72	R\$ 57.397,44
60	Bateria chumbo-ácido selada regulada por válvula (VRLA), com tensão de 12 volts e capacidade para 65 Ah.	R\$ 447,00	R\$ 26.820,00
24	Bateria chumbo-ácido selada regulada por válvula (VRLA), com tensão de 12 volts e capacidade para 40 Ah.	R\$ 301,54	R\$ 7.236,96
30	Bateria chumbo-ácido selada regulada por válvula (VRLA), com tensão de 12 volts e capacidade para 18 Ah.	R\$ 135,25	R\$ 4.057,50
Total geral estimado			R\$ 95.511,90



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 38/2011

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A NOME DA LICITANTE, por meio de seu representante, vem apresentar proposta de preços de fornecimento do(s) item(s) nº(s) _____, do Pregão Eletrônico Nº 38/2011, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme abaixo:

Item	Qtde.	Descrição	Valor unitário	Valor total do Item
1	102	Bateria chumbo-ácido selada regulada por válvula (VRLA), com tensão de 12 volts e capacidade para 85 Ah.		(*)
2	60	Bateria chumbo-ácido selada regulada por válvula (VRLA), com tensão de 12 volts e capacidade para 65 Ah.		(*)
3	24	Bateria chumbo-ácido selada regulada por válvula (VRLA), com tensão de 12 volts e capacidade para 40 Ah.		(*)
4	30	Bateria chumbo-ácido selada regulada por válvula (VRLA), com tensão de 12 volts e capacidade para 18 Ah.		(*)
TOTAL GERAL				

(*) Valor total do item a ser inserido no sistema do Comprasnet.

Prazo de entrega: conforme disposto no item 5 do Anexo I do Edital.

Prazo de validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias corridos da data de realização do certame.

Garantia: 12 meses. Demais condições conforme item 8 do Anexo I do Edital.

Nome da empresa:

Endereço:

CNPJ:

Telefone/fax:

Banco/agência/conta:

E-mail:

Brasília (DF), em 31 de janeiro de 2012.

Prezados Senhores,

Com respeito ao Pregão nº 38/2011, que tem como objeto a aquisição e instalação de 216 baterias, em substituição às dos bancos de nobreaks existentes nos Edifícios Sede, Anexo e Sala de Operações do TCDF, vimos por meio deste, apresentar a resposta ao Pedido de Esclarecimento apresentado pela Consultante HDS SISTEMAS DE ENERGIA, que após a devida consulta ao setor competente deste Tribunal, temos o que se segue:

Questão nº 1: em referência ao pregão eletrônico 38/2011, mais precisamente ao que se refere ao termo de referência, item 1.5.1, onde se relata que as baterias instaladas nos bancos de baterias dos nobreaks GE e MGE, são da marca First Power LFP 1285, 12V - 85 AH com 260mm de comp., 168 mm de larg. e 233 mm de altura, perguntamos se há possibilidade de nossa empresa ofertar baterias novas, com as mesmas características técnicas, porém com a dimensão de 307 mm de comp.? **Perguntamos** ainda se há espaço na sala de nobreaks para que possamos ofertar gabinetes ou estantes novas para o alojamento de tais baterias, observando que nosso produto possui tal dimensão, ou seja 307 mm de comp., ao invés de 260 mm de comp. das baterias existentes, precisando de mais espaço na sala de nobreaks para instalação de tais gabinetes novos?

Resposta: O banco de baterias do nobreak MGE de 120 kVA, que possui 60 baterias da marca First Power, modelo LFP1285, é composto por 2 gabinetes com dimensões EXTERNAS de 80cm x 60cm x 159 cm (largura x profundidade x altura). Já o gabinete do banco de baterias do nobreak GE de 120 kVA, que abriga 40 baterias da marca First Power, modelo LFP1285, é único e possui dimensões de 182 cm x 42 cm x 139 cm. Nesse gabinete único NÃO é possível instalar baterias com mais de 260 mm, já que ele possui uma "guia" no local onde ficam as baterias, que possui exatamente essa dimensão.

Entretanto, caso seja necessário, nos dois ambientes onde os bancos de baterias dos nobreaks MGE e GE estão instalados, há espaço suficiente para acomodar gabinetes com dimensões maiores que as atuais e também gabinetes com as dimensões sugeridas:

- 2 gabinetes de 1500 mm de altura, 780 mm de largura e 780 mm de profundidade para o banco de baterias do nobreak MGE;
- e 1 gabinete de 1780 mm de altura, 780 mm de largura e 780 mm de profundidade para o banco e baterias do nobreak GE.

Esclareço ainda que, caso seja necessária a substituição dos gabinetes, essa substituição deverá ser feita pela Contratada, sem ônus adicional ao TCDF além do valor cotado para as baterias.

O TCDF se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos e/ou vistorias que os licitantes desejem realizar para verificar as dimensões dos gabinetes e outras condições. Para isso, basta entrar em contato com os servidores Elber Medeiros, Luís Gustavo ou Rafael Arcúrio pelos telefones (61) 3314-2287 ou (61) 3314-2288

Para maiores informações, favor efetuar contato pelos telefones (61) 3314-2742, Seção de Licitação e Contrato, das 13h00min às 18h30min.

Atenciosamente,

ORIGINAL ASSINADO
Wildson Prado Oliveira
Seção de Licitação e Contrato
Chefe



Ofício-Circular nº 3/2012 – SELIC

Brasília (DF), em 6 de fevereiro de 2012.

Prezados Senhores,

Com respeito ao Pregão nº 38/2011, que tem como objeto a aquisição e instalação de 216 baterias, em substituição às dos bancos de nobreaks existentes nos Edifícios Sede, Anexo e Sala de Operações do TCDF, vimos por meio deste, apresentar as respostas às questões contidas no Pedido de Esclarecimento apresentado pela Consulente UNICOBA INDÚSTRIA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA, que após a devida consulta ao setor competente deste Tribunal, temos o que se segue:

Questão nº 1: Além da aquisição e instalação de baterias, está contemplado o fornecimento das interligações entre baterias? Ou será reutilizado as interligações existentes no banco atual?

Resposta: A CONTRATADA será responsável por fornecer e instalar as baterias nos bancos, de modo que os bancos de baterias fiquem operacionais. As interligações, parafusos e porcas já existentes poderão ser utilizados na instalação das novas baterias. Entretanto, se por algum motivo, esses componentes não forem compatíveis com as novas baterias fornecidas, ficará a cargo da CONTRATADA o fornecimento das peças necessárias à interligação das baterias e ativação dos bancos.

Questão nº 2: O acompanhamento das empresas de no-break para ligar, desligar e parametrizar o mesmo, será de responsabilidade do Tribunal de Contas?

Resposta: Os testes descritos nos subitens 5.6 e 5.7 do Anexo I - Termo de Referência - serão realizados por empresa especializada, que atualmente presta serviços de manutenção preventiva e corretiva nos nobreaks do TCDF, com o devido acompanhamento por parte dos técnicos responsáveis do CONTRATANTE. A data e horário desses testes serão acertados com a CONTRATADA, para que algum técnico indicado por ela possa acompanhar esses testes.

Para maiores informações, favor efetuar contato pelos telefones (61) 3314-2742, Seção de Licitação e Contrato, das 13h00min às 18h30min.

Atenciosamente,

ORIGINAL ASSINADO
Ueslei Camelo Barbosa
Pregoeiro